

# Por dentro (e de dentro) do Comando: O PCC segundo o ‘nativo’

Resenha (Review) de *Junto e misturado: Uma etnografia do PCC*, de Karina Biondi

## **Camila Caldeira Nunes Dias**

Colaboradora do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos da UFPR e do Observatório de Segurança Pública da Unesp

O livro *Junto e misturado* é o resultado de seis anos de pesquisa sobre o universo prisional, período que possibilitou a Karina Biondi a apreensão e a compreensão das práticas e experiências destes atores, por meio de uma profunda inserção no campo – em termos de sua intensidade e no sentido temporal – que raríssimas vezes se oferece aos cientistas sociais. Antes mesmo da realização da pesquisa de mestrado, da qual o livro resulta, a produção de Karina já se destacara. Em 2006, ela recebeu o prêmio de melhor trabalho, na categoria graduação, no concurso ABA/Ford de Direitos Humanos (BIONDI, 2006). Nessa pesquisa, uma etnografia de uma instituição prisional, ela afirma ter se deparado com um elemento central na compreensão desse universo: a coletividade de presos – termo usado pela autora – Primeiro Comando da Capital (PCC). O PCC, fazendo parte do primeiro trabalho como elemento para a compreensão da vida em uma instituição prisional, tornou-se, na pesquisa de mestrado, o objeto de sua etnografia.

Karina Biondi inova, em primeiro lugar, na escolha de seu objeto, ao se debruçar sobre uma coletividade que é considerada pelas autoridades, pela mídia e por muitos pesquisadores como uma “organização criminosa”, composta por indivíduos dotados de ‘alta periculosidade’ e que, após o evento que ficou conhecido como “Ataques do PCC”, em maio de 2006, foi erigida ao posto de inimigo público número um no Brasil e, especialmente, em São Paulo. Por conta desse e de outros eventos protagonizados pelo PCC (a megarrebelião de 2001, ataques às forças de segurança em 2003, sequestro de

jornalista da TV Globo em 2006, só para citar alguns) não faltaram associações com formas variadas de “crime organizado”, como a Máfia Siciliana, a Camorra Napolitana, os cartéis colombianos e/ou mexicanos, as gangues americanas. A densa névoa que cobre a existência de tais organizações e, em certo sentido, do PCC, faz com que proliferem especulações sobre elas, ao mesmo tempo em que fomenta o imaginário social sobre o seu funcionamento e o caráter – considerado malévolo – de seus integrantes.

É neste sentido que a autora inova uma vez mais, abordando o tema de uma forma que rechaça completamente as expressões “crime organizado”, “organização criminosa”, bem como os termos “grupo” ou “facção” para se referir ao PCC. Não se trata de uma simples recusa de alguns termos em favor de outros, e sim de uma orientação teórico-metodológica que permeia toda a sua análise e que tem consequências diretas sobre o resultado final do trabalho. Segundo a autora, a perspectiva adotada por ela – que segue de perto alguns autores pertencentes à corrente da antropologia pós-social – procura “traçar o caminho dos nativos, em vez de estabilizar o fluxo de relações existentes em suas coletividades” (p. 53). Tal abordagem pode ser percebida em cada linha do texto, com o uso de gírias nativas e o respectivo significado explicado em nota de rodapé, e com um glossário de tais termos e expressões ao final do livro, que foi revisado por seu colaborador principal, o marido e ex-prisioneiro. Voltaremos a essa questão mais adiante.

Mas embora a autora se alinhe a já mencionada corrente pós-social da antropologia e, dessa forma, recuse enfaticamente o uso de conceitos que possam sinalizar para entidades cuja existência seja dada *a priori* – como é o caso do conceito de sociedade, tal como utilizado por Durkheim (pp. 195-6) –, ela se vê enredada em suas próprias escolhas metodológicas ao admitir a ideia de um *PCC-grupo*, a qual permearia a visão de seus interlocutores “que concebem o PCC como um poder transcendente capaz de exercer o controle sobre seus participantes” (p. 55). Assim, ela permanece fiel ao princípio metodológico adotado de seguir seus participantes, ainda que, para isso, seja necessário lidar com conceitos que remetam à ideia de transcendência. Para resolver essa questão, a autora opta por fazer da construção da transcendência e a sua eficácia sobre seus interlocutores o objetivo central de seu texto. Sigamos o percurso por ela trilhado.

Na Introdução, conforme ocorre na grande maioria dos trabalhos acadêmicos, Karina Biondi contextualiza as condições em que a pesquisa de campo foi realizada, a saber, durante as visitas realizadas a seu marido, preso em 2003. Conforme ela afirma, foi esse acontecimento, de ordem pessoal, que a inseriu no universo social da prisão. Foi a sua condição de *visita de preso* que tornou possível a realização de seu trabalho como antropóloga. Neste sentido, a narrativa da autora acerca da *visita* é muito impactante aos olhos daqueles que conhecem as prisões apenas como pesquisador. A espera na fila desde a madrugada, a relação travada com as visitas de outros presos e, principalmente, as múltiplas humilhações sofridas na relação com os funcionários da prisão – até o ponto de a pesquisadora/visita revelar como chegou às lágrimas quando tal situação se tornou insuportável – conferem uma sensibilidade e uma vivacidade ao relato que são muito difíceis de serem verificadas nos casos de pesquisas mais ortodoxas, ou seja, quando o pesquisador é *apenas* pesquisador.

Mas a descrição das condições em que sua pesquisa foi realizada tem um alcance muito maior do que o de servir como uma narrativa de tais acontecimentos. Ela é sobretudo uma discussão metodológica central na compreensão e na avaliação do seu trabalho. As condições de inserção do pesquisador no campo – em toda e qualquer pesquisa – são essenciais na compreensão do trabalho como um todo, do que foi visto, de quem foi ouvido, daquilo que não pode ser percebido ou sabido. Deixar claro os limites da pesquisa e os obstáculos para ir adiante é mais do que uma questão de honestidade intelectual – trata-se de um recurso metodológico que torna possível ao leitor acompanhar a trajetória seguida pelo autor, bem como se precaver contra eventuais barreiras que tenham sido colocados nestes trajetos, impondo mudanças no caminho. Karina indica alguns desses limites, como a impossibilidade de conversar com funcionários (p. 36) e de circular pelo raio e conversar com outros presos (p. 40). Conta que todas as relações eventualmente travadas com outros presos eram, necessariamente, intermediadas por seu marido. Portanto, se, por um lado, a inserção como visita lhe conferia uma posição privilegiada, uma vez que ela pode compartilhar sentimentos e valores éticos e morais que só os “de dentro” conhecem (p. 49), por outro lado, impôs certas interdições e limitações à pesquisa, associadas, por exemplo, à questão de gênero.

No Capítulo 1, intitulado “O PCC”, a pesquisadora recupera algumas versões acerca da criação do *Comando* e critica análises que o compreendem como uma cópia malfeita do Estado ou de uma empresa capitalista, assentado sobre bases hierárquicas ou com interesses puramente econômicos. Na sequência, a autora aborda o funcionamento e a forma de atuação do PCC. Descreve o processo, denominado por ela, *de construção do irmão*, que passa pela exigência da posse pelo mesmo de determinadas características, dentre as quais destaca a humildade. Biondi revela o paradoxo entre a igualdade – que teria sido adicionada ao lema do PCC, “paz, justiça e liberdade” – requerida dos *irmãos* na figura da humildade e a distinção que deve fazer com que o preso seja percebido como portador da capacidade de se tornar um *irmão*. Tal paradoxo seria resolvido pelo batismo, que recupera a igualdade “ao desfazer a diferença que o tornou possível para igualar o sujeito batizado à mesma condição dos outros *irmãos* que, embora se distingam dos *primos*, não podem afirmar essa distinção” (p. 102).

O Capítulo 2 aborda o exercício político dos integrantes do PCC em suas várias dimensões: na relação com a administração prisional e com a população carcerária. Em uma análise feita a partir de outra perspectiva teórico-metodológica, poderíamos afirmar que esse capítulo trata das relações de poder no âmbito do PCC. No entanto, conforme já apontado, a questão não se restringe à substituição dos termos empregados: a escolha por determinados conceitos e formas de classificação tem uma implicação direta na análise.

Dessa forma, Biondi aponta a centralidade da inclusão da *igualdade* no exercício político do PCC, que teria instalado uma tensão a permear não só sua política, mas a existência mesma da coletividade. Essa radical mudança no âmbito do PCC é localizada a partir da exclusão dos fundadores e ex-líderes do PCC, Geléião e Cesinha, e pela distribuição da liderança que Marcola conquistara nessa ocasião. Tomando como fonte os depoimentos de Marcola e de Geléião à CPI do Tráfico de Armas, em 2006, e um *salve* que circulou nos presídios e ao qual a autora teve acesso – além, obviamente, de suas observações de campo –, a adição da igualdade é considerada uma verdadeira revolução no PCC, com a dissolução das estruturas hierárquicas anteriores e a adoção de estratégias para a construção de um *Comando* entre iguais.

A partir desse enfoque, a autora desenvolve sua argumentação acerca das formas desse exercício político, feito a partir da ocupação de determinadas posições políticas (*piloto, torre, disciplina, faxinas*) que independem de seus ocupantes e são feitas de forma transitória pelos *irmãos*. Mesmo quando admite a existência de ordens descendentes – *torres, pilotos de prédio, piloto de raio, faxina, população* – ela recusa a ideia de existência da hierarquia, baseando-se na possibilidade de que tais posições sejam ocupadas por qualquer *irmão* e pelo fato de que estes não identificam a origem dessas ordens – os *salves* – com uma pessoa qualquer e sim à uma posição política, as *torres*. Ademais, Karina Biondi insiste que é o respeito conquistado pelo *irmão* graças a sua habilidade de negociação que lhe confere legitimidade para o seu exercício político.

A possibilidade de punir alguém que desrespeite a *disciplina do Comando* e a busca de autorização das *torres* para determinadas decisões a serem tomadas pelos *pilotos* são elementos que poderiam abalar as ideias expostas acima acerca da igualdade na política do PCC. Contudo, os integrantes da coletividade, ao lançarem mão de termos diferenciados para designar tais procedimentos, acabam por restabelecer o sentido que o termo igualdade coloca nas orientações das condutas sob a *disciplina*. Assim, não se fala em punição a um suposto transgressor da *disciplina*. Fala-se em *consequências* por seus atos. Também não se trata de uma relação hierárquica a necessidade de autorização das *torres* para determinadas decisões ou atitudes; o que se busca é o *consenso*. No primeiro caso, individualiza-se; no segundo, despersonaliza-se. Com muita acuidade, a autora identificou no uso dos termos acima citados esforços dos presos para a construção de uma teoria política nativa acerca dos sentidos da igualdade, evidenciando a racionalidade dessas elaborações linguísticas.

Os projetos que a política do PCC pretende realizar, bem como as estratégias e o elemento propulsor ou potencializador de tais realizações – a disposição – são as questões tratadas no Capítulo 3. A autora, retomando afirmação de Marques (2008, p. 289), aponta o duplo projeto que orienta a existência do PCC: a paz interna (entre os *ladrões*) e a guerra contra quem está fora, isto é, contra o Estado. Por meio da narração de inúmeros episódios vividos ou ouvidos pela autora, ela enfatiza o acaso e o improvisado como elementos cen-

trais nas estratégias adotadas pelos *irmãos*, contrapondo-os a rigidez e inflexibilidade que muitas vezes são apontadas como características da *disciplina do PCC*. Para explicar a construção dessas estratégias e desses improvisos, Biondi recorre à ideia de disposição ou apetite, “impulsos que nem sempre possuem um caráter finalista” (p. 188) e que seriam produzidos por uma força exterior, o PCC. Em suma, as ações desenvolvidas pelos irmãos – produzidas por disposições – só seriam explicáveis a partir da construção de uma transcendência, o PCC como uma força superior.

Há uma tensão interna ao trabalho de Biondi, entre uma orientação teórica que busca suprimir da análise o uso de termos abstratos que remetam a uma existência apriorística de entidades capazes de se constituir como molde para a ação individual e uma orientação teórico-metodológica que prioriza os caminhos – e os discursos – dos atores cujas ações a pesquisa visa descrever, os quais, para explicar suas ações e engajamentos, recorrem exatamente a um elemento transcendente, o PCC .

Para resolver essa tensão, a autora lança mão, no Capítulo 4, de um poderoso e criativo arranjo analítico: os processos de desindividualização presentes na dinâmica do PCC, cujo resultado pode ser retratado na expressão nativa de estar *junto e misturado*. Assim, o PCC se constitui em uma força que não se confunde com seus membros, mas que é produzida por eles, mediante a mistura deles (p. 208), e que é responsável pela produção da disposição que os impulsiona em busca das estratégias para realizar seus projetos e que não é localizável em nenhum território em particular. É a igualdade que conduz a essa mistura e, neste sentido, aqueles que *não são de igual* deixam de estar misturados, para serem individualizados – caso dos ex-fundadores Geléio e Cesinha.

Nessa acepção, a autora volta a negar a analogia do PCC com qualquer formação social baseada em princípios hierárquicos ou cujo poder pode ser localizado em algum ponto. Para ela – e aqui já estamos passando às Considerações Finais do livro –, tal imagem só poderia ser captada em uma análise sincrônica que congele algo que consiste em um movimento fluído e contínuo. Ela aponta a existência de uma tensão constitutiva do PCC, decorrente da tentativa de ser uma formação contra-Estado e de constantes invasões de formas-estatais, hie-

rárquicas, seguidas de mecanismos para diluí-las e conjurar tal formação. Paradoxalmente, a autora – seguindo, como sempre, seus interlocutores – identifica em um indivíduo – Marcola, individualizado em diversas passagens do trabalho – o responsável pela dissolução da antiga estrutura hierárquica a partir da introdução da igualdade aos ideais do PCC (p. 224).

A criatividade e a competência com que autora uniu a teoria com as observações feitas na pesquisa de campo é algo muito difícil de ser alcançado em um trabalho acadêmico de mestrado. Além disso, o trabalho de Karina Biondi tem um valor incomensurável como forma de conhecimento sobre o PCC, entidade sobre a qual quase nada se sabe. Para isso, a forma de inserção da pesquisadora no campo foi primordial para o acesso às informações – e alguns documentos, como a *cartilha*, com vários trechos citados ao longo do livro – e a esses informantes – ou melhor, interlocutores, como os designa a autora, que jamais utilizaria esse termo uma vez que ele remete (aos seus interlocutores) à abominável figura do delator.

Contudo, ao mesmo tempo que a forma de inserção no campo se constitui como um dos pontos fortes do trabalho de Biondi – possibilitando maior acesso às informações e às pessoas –, ela pode ensejar questões relativas ao resultado final da análise.

A autora expõe logo na Introdução do livro algumas interdições que se fizeram presentes a sua pesquisa, mas não aprofunda suficientemente a reflexão acerca das consequências de tais restrições a seu trabalho. A limitação da circulação pelos raios, a restrição à conversa com os presos, que só poderia ser intermediada pelo marido, a impossibilidade de conversar com os funcionários da administração prisional. Todas essas restrições de acesso são fundamentais para se compreender e avaliar o resultado da pesquisa e estão presentes em todo e qualquer trabalho científico, tanto mais quando ele se realiza em uma instituição como a prisão e sobre um objeto como o PCC. Assim, tais restrições não têm qualquer impacto no valor e nos méritos do trabalho. Mas é importante que o pesquisador produza uma reflexão quanto ao seu impacto sobre a pesquisa e seu resultado final.

Outra questão importante, e que poderia ter sido problematizada pela autora, diz respeito às relações estabelecidas entre ela e seus interlocutores, tanto naquilo que concerne ao

fato – propulsor de sua pesquisa – de ter seu marido preso, quanto às formas pelas quais a autora buscou obter autorização para a realização da pesquisa junto aos interlocutores. Assim como na questão colocada anteriormente, esses fatos, por si sós, não incidem negativamente sobre o trabalho, mas devem ser objetos de uma cuidadosa reflexão metodológica que aponte, por exemplo, a importância da avaliação do seu trabalho anterior pelos integrantes do grupo na elaboração e resultado final dessa pesquisa. Em outras palavras: a forma que autora encontrou para tornar viável a realização da sua pesquisa – a entrega de um exemplar com o resultado seu trabalho anterior, citado no início deste texto (p. 47) – poderia indicar a tessitura de um tipo de vínculo ou de compromisso da autora com seus interlocutores? E esse compromisso ou vínculo, na medida em que se busca a aprovação para a pesquisa mediante a avaliação de um trabalho, pode ter incidido direta ou indiretamente sobre seus resultados?

Com essas questões postas, não estamos aqui a sugerir a existência de qualquer ligação escusa da autora com os integrantes do PCC ou que o seu trabalho esteja impregnado de certa *apologia ao crime* (questão citada por ela própria, p. 47). Definitivamente, não é disso que se trata. Cada trabalho tem formas diferentes de entrada no campo, que acabam por produzir formas variadas de estabelecimento de contato com os interlocutores sobre quem o trabalho deve ser produzido. Cada uma dessas formas comporta virtudes e problemas, constitutivos da pesquisa e, como tal, precisam ser problematizados.

Embora não haja qualquer advertência para a postura teórico-metodológica adotada de seguir seus interlocutores, o trabalho poderia ter sido enriquecido com um repertório de interlocutores mais variados em seus perfis, envolvendo pessoas em posições diversificadas, tais como presos que se encontram no *seguro* ou pertencentes a outros coletivos ou a coletivo algum, os chamados *neutros*. Tal procedimento poderia complexificar sua análise ao introduzir mais elementos de tensão na constituição do PCC. Essa tensão, entre o que a autora denomina forma-Estado e formação contra-Estado, embora mencionada diversas vezes, parece ser sempre resolvida dentro da chave da manutenção da igualdade, ou seja, da permanência do PCC como formação contra-Estado. Porém, para além das formas de exercício político discutidas



amplamente no texto, que envolve a luta pelos direitos dos presos e a pacificação das relações sociais no universo prisional, a dinâmica do PCC produz também um quadro de excluídos que permanecem, hoje, como verdadeiros párias no sistema prisional de São Paulo, cumprindo sua pena integralmente no seguro, pela impossibilidade de o fazerem em outro local. Tal problema, central na discussão acerca do respeito aos direitos dos presos, não pode ser negligenciado, uma vez que é produto direto do processo de expansão da *disciplina do PCC* no sistema prisional, e não pode ser enfrentado na chave da igualdade, uma vez que ele remete a uma dinâmica de segregação, produtora de diferenças impossíveis de serem superadas.

Para terminar, uma última questão. Durante todo o texto, a autora insiste na recusa de modelos que remetam à ideia de organização, de hierarquia ou de interesses econômicos na análise sobre o PCC. Se essa postura permitiu uma abordagem a partir de uma visão inovadora e muito frutífera para o desenvolvimento da compreensão sobre o fenômeno, por outro lado, fez com que se ignorassem as atividades ilegais e criminais que estão atreladas diretamente ao PCC. Embora seja verdade que tais atividades não constituem a totalidade da existência da organização – não se tratam de interesses puramente econômicos –, também é verdade que elas fazem parte, sim, da sua existência e que têm uma importância vital na sua dinâmica.

Claro que em todo e qualquer trabalho acadêmico há uma seleção de fatos, questões e problemas que se pretende discutir sobre um dado fenômeno social. A questão que se coloca aqui é o quanto a negligência na abordagem de determinados temas pode refletir no tratamento dado ao objeto de pesquisa. Nesse sentido, o trabalho de Biondi pode cair na mesma armadilha que a autora aponta em relação às abordagens que tratam o PCC na chave do “crime organizado”, ignorando aspectos que poderiam remeter a uma imagem diferente daquela que se desenha. Essa armadilha está posta para toda pesquisa acadêmica, na medida em que ela implica, como já apontamos, na seleção de fragmentos e em seu arranjo, de modo a conferir inteligibilidade e sentido à narrativa.

Durante o trabalho de campo para a minha pesquisa de doutorado, realizado primeiramente em unidades prisionais controladas pelo PCC, as entrevistas realizadas com os integrantes do *grupo* – e aqui deixo de empregar os termos usados

pela autora – também giravam em torno da ação “política” do *Comando*, em uma perspectiva relativamente próxima à descrição realizada por Biondi acerca dessas atividades. A partir de uma abordagem teórico-metodológica completamente diferente daquela adotada no livro aqui resenhado, busquei ir além do discurso de legitimação do PCC para compreender as contradições produzidas pela dinâmica de expansão do grupo no sistema prisional paulista.

Para tanto, a realização de entrevistas com presos que haviam sido excluídos do PCC e com aqueles que se encontravam em unidades denominadas de *oposição* (por não estarem sob o controle do *Comando* e se destinarem aos presos impossibilitados de permanecer em penitenciárias sob seu regime) e as longas conversas com funcionários e diretores prisionais foram de importância central para o meu objetivo de compreender o PCC a partir de uma multiplicidade de ângulos. É desse lugar que faço tais observações ao excelente trabalho de Biondi. Fica muito claro que estamos tratando de dois trabalhos incomparáveis, uma vez que partem de questões diferenciadas, seguem por caminhos teórico-metodológicos completamente diferentes e pretendem chegar a lugares distintos. Cabem apenas algumas considerações acerca dos limites de uma análise que, na genial tentativa de romper com abordagens simplificadoras e criminalizantes do PCC, também acaba por negligenciar aspectos que são centrais na dinâmica da *organização* e que em muitos casos se chocam frontalmente com o discurso elaborado e repetido por seus integrantes acerca do papel do PCC na promoção da igualdade e do respeito entre a população carcerária e do consenso que teria produzido e mantido a sua disciplina como norteadora das condutas no cárcere.

Mudanças nas relações sociais entre os presos e entre estes e a administração prisional são inegáveis e foram tão profundas que seu alcance ainda está por ser mensurado. É também inquestionável que a redução da violência física é uma das consequências principais dessas mudanças e isso, claro, não é pouco. Em que pese o protagonismo do PCC na produção dessa reconfiguração das relações sociais na prisão, é essencial na consideração do seu papel e da sua dinâmica dar voz àqueles que não se podem fazer ouvir nas unidades onde o *Comando* impõe sua *disciplina*. Quando ouvimos, por

exemplo, relatos dos horrores pelos quais passaram homens que foram submetidos aos procedimentos de *cobrança* dos *irmãos*, podemos transpor esses discursos e perceber com mais clareza as contradições de um poder que se define igualitário e democrático, mas que opera a partir de bases autoritárias, em que não há possibilidade da convivência com a diferença e de expressão do desacordo. Discurso que não é apenas discurso, mas que encerra em si mesmo um poderoso e sedutor arcabouço legitimador que é essencial na compreensão da estabilidade da dominação do *Comando* e que comporta os elementos elencados no trabalho de Biondi.

Tal discurso de legitimação está ancorado em mudanças profundas nas relações sociais estabelecidas na prisão em que, conforme apontado antes, a redução da violência física direta é o elemento mais marcante, mas que deve ser compreendido não como um valor ou fim absoluto que permeia a existência e a dinâmica do PCC, mas como o resultado de uma particular configuração social, em que sua estabilidade interna e a conquista da hegemonia, dentro e fora do sistema prisional paulista, somam-se a uma acomodação própria nas relações da *organização* com o Estado. Isto é, a ordem social vigente nas prisões paulistas é fruto de um peculiar contexto social e, portanto, suscetível as mudanças nas condições sociais que permitem sua manutenção.

O sentido do trabalho acadêmico está posto desde a escolha do tema, e passa pelas escolhas teóricas que realizamos, pelas formas como nos inserimos no campo, pelas relações que travamos com nossos objetos/sujeitos da pesquisa e pela maneira que lidamos com as informações/materiais que obtemos. Dessa forma, as questões levantadas acerca do trabalho de Karina Biondi em nada diminuem os méritos desta pesquisa atual, difícil, criativa, competente e, acima de tudo, corajosa. A coragem da autora não advém da escolha de um tema supostamente “perigoso”, por tratar de uma entidade considerada por muitos como uma “organização criminosa”. Sua coragem se revela na forma direta e clara com que colocou sua posição de visita/pesquisadora, as relações travadas com seus interlocutores, o compartilhamento com o leitor de experiências que se constituem verdadeiros dramas pessoais e a classificação de si mesma como alguém que conhece a prisão “de dentro” e, por isso, é capaz de compartilhar sentimentos e valores éticos que só os “de dentro” conhecem (p. 49).

Por tudo isso a leitura de *Junto e misturado: Uma etnografia do PCC* é obrigatória não apenas para os estudantes e pesquisadores dos temas ligados à segurança pública, mas também para os profissionais dessa área – promotores, juízes, policiais, agentes penitenciários –, ao proporcionar uma visão alternativa àquela propagada reiteradamente pela mídia, dando uma enorme contribuição para o conhecimento dessa entidade, a respeito da qual tanto se fala e sobre a qual tão pouco se sabe. Seu livro representa a ruptura com uma perspectiva maniqueísta da realidade que tem dominado o debate nessa seara e que acaba por reiterar uma demanda por punições cada vez mais severas, alimentando um círculo vicioso que tem como um dos resultados mais perversos o aumento exponencial da população carcerária, com o agravamento das condições de habitabilidade nas prisões que, paradoxalmente, acaba por fortalecer aquilo que se pretende combater, o PCC.

## Referências e indicações de leitura

- ADORNO, Sérgio [e] SALLA, Fernando. (2007), “Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC”. *Estudos Avançados*, nº 61, pp. 7-29.
- AMORIM, Carlos. (2005), *CV-PCC: A irmandade do crime*. Rio de Janeiro, Record.
- BIONDI, Karina. (2006), “Tecendo as tramas do significado: As facções prisionais enquanto organizações fundantes de padrões sociais”. Em: GROSSI, Miriam Pillar; HEILBORN, Maria Luiza; MACHADO, Lia Zanota (orgs). *Antropologia e direitos humanos 4*. Florianópolis, ABA/Nova Letra, pp. 303-50.
- \_\_\_\_\_. (2009), *Junto e misturado: Imanência e transcendência no PCC*. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de São Carlos.
- \_\_\_\_\_. “Junto e misturado: Uma etnografia do PCC”. São Paulo, Terceiro Nome, 2010.
- DIAS, Camila Caldeira Nunes. (2008), “Práticas punitivas na prisão: Institucionalização do ilegal e legalização do arbitrário”. 32º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu.
- \_\_\_\_\_. (2009), “Ocupando as brechas do direito formal: O PCC como instância alternativa de resolução de conflitos”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Vol. 2, nº 4, pp. 83-105.
- \_\_\_\_\_. (2009), “Efeitos simbólicos e práticos do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) na dinâmica prisional”. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, Ano 3, Edição 5, pp. 128-144.
- \_\_\_\_\_. (2009), “Da guerra à gestão: Trajetória do Primeiro Comando da Capital (PCC) nas prisões de São Paulo”. *Revista Percurso: Sociedade, Natureza, Cultura*, Ano VIII, nº 10, Vol. 2. Centro Universitário Curitiba. pp. 79-96.
- \_\_\_\_\_. (2009), “O Estado vendeu o preso e o PCC o comprou: Consolidação do PCC no sistema carcerário Paulista”. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro. Disponível (on-line) em: <http://www.sbs2009.sbsociologia.com.br>.

- \_\_\_\_\_ [e] SILVA, Valter Cardoso da. (2009), “Segregação, contaminação e utilização do corpo como espaço: A posição dos homossexuais na nova configuração do poder nas prisões paulistas”. 33º Encontro Anual Anpocs, Caxambu.
- FELTRAN, Gabriel de Sanctis. (2008) “O legítimo em disputa: As fronteiras do ‘mundo do crime’ nas periferias de São Paulo”. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Vol. 1, nº 1. pp. 93-148.
- JOZINO, Josmar. (2005), Cobras e lagartos: A vida íntima e perversa nas prisões brasileiras. Quem manda e quem obedece no partido do crime. Rio de Janeiro, Objetiva.
- MARQUES, Adalton. (2008), “‘Faxina’ e ‘pilotagem’: Dispositivos (de guerra) políticos no seio da administração prisional”. Lugar Comum: Estudos de Mídia, Cultura e Democracia, Vol. 25-26, pp. 283-290.
- \_\_\_\_\_. (2010), “Crime, proceder, convívio-seguro: Um experimento antropológico a partir da relação entre ladrões”. Dissertação (mestrado antropologia social). Universidade de São Paulo.
- MINGARDI, Guaracy. (2007), “O trabalho da inteligência no controle do Crime Organizado”. Estudos Avançados Vol. 21 N. 61, Setembro/Outubro, pp. 51-69.
- SALLA, Fernando. (2008) “Considerações sociológicas sobre o crime organizado no Brasil”. Revista Brasileira de Ciências Criminais, Vol. 71, pp. 364-90.
- SOUZA, Fátima. (2007), PCC: A facção. Rio de Janeiro, Record.
- SOUZA, Percival de. (2006), O sindicato do crime: PCC e outros grupos. Rio de Janeiro, Ediouro.